



STATE GRID

BRAZIL HOLDING S.A.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2012, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH") para a sociedade parceiros, investidores e consumidores.

A State Grid
A State Grid Brazil Holding S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede no Centro do Rio de Janeiro, Brasil, foi constituída em 28 de abril de 2010.

Tem como principal objeto e participação societária em outras sociedades. A Companhia é subsidiária do Grupo State Grid, localizado em Pequim, na República Popular da China.

Em 21 de junho de 2010, a Companhia criou duas subsidiárias a SGBH Expansão Participações Ltda. e a SGBH Transmissão Participações Ltda. Juntamente com as subsidiárias, a Companhia adquiriu em 15 de dezembro o controle integral de sete concessionárias transmissoras de energia elétrica no Brasil. As empresas adquiridas foram:

1. Expansão Transmissão de Energia Elétrica S.A.;
2. Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.;
3. Itumbiara Transmissora de Energia S.A.;
4. Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.;
5. Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.;
6. Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.;
7. Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Em 16 de dezembro de 2011 foi arrematado no leilão 006/2011 o lote H em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), sendo constituída a Sociedade de Propósito Específico denominada Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A. (LNT).

Em 09 de março de 2012 foram arrematados no leilão 002/2012 os lotes A e B em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel) e constituíram duas Sociedades de Propósito Específico denominadas Matrinhã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. (Matrinhã TP Norte ou TP Norte ou Matrinhã) e Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (Guaraciaba ou TP Sul ou Guaraciaba TP Sul).

Em 14 de dezembro de 2012 Companhia adquiriu o controle integral de cinco concessionárias transmissoras de energia elétrica no Brasil. As empresas adquiridas foram:

1. Araraquara Transmissora de Energia S.A.;
 2. Catxerê Transmissora de Energia S.A.;
 3. Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.;
 4. Linhas de Transmissão do Itatim S.A.;
 5. Iracema Transmissora de Energia S.A.
- Em 19 de dezembro de 2012 foi arrematado no leilão 007/2012 o lote G em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas) e Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel), sendo constituída Sociedade de Propósito Específico denominada Paranaíba Transmissora de Energia S.A. (PTE).

Capital:
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social subscrito e integralizado da Sociedade era de R\$ 1.223.827.500,00, dividido em 1.225.627.500 de ações ordinárias nominativas com valor de R\$ 1,00 cada. Em junho de 2012, houve um aumento de capital R\$ 408.365.000,00 (quatrocentos e oito milhões trezentos e sessenta e cinco mil reais) e em novembro ocorreu o aumento de capital devido a capitalização do empréstimo com a State Grid International Development Limited no valor de R\$ 860.180.000,00 (oitocentos e sessenta milhões de reais e oitenta mil reais). Desta forma em 31 de dezembro de 2012 o capital social subscrito e integralizado da Sociedade era de R\$ 2.494.172.500,00, dividido em 2.494.172.500 de ações ordinárias nominativas com valor de R\$ 1,00 cada.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Acionistas	%
Top View Grid Investment Limited	0,00001
International Grid Holdings Limited	65,5
State Grid International Development Limited	34,49999

Agradecimentos
Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos colaboradores, prestadores de serviços, seguradoras, usuários, entidades financeiras, e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Empresa e para o cumprimento da nossa missão.
Rio de Janeiro, 02 de Abril de 2013.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em reais)

	Nota	2012		2011	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	4	782.631.732,55	1.144.664.705,67	28.428.451,50	296.145.087,35
Concessionárias e permissionárias	5	-	92.274.330,79	-	63.777.991,11
Dividendos a receber		115.243.703,73	-	80.316.167,29	-
Créditos com empresas relacionadas		-	309.499,52	382.568,46	-
Juros a receber		-	-	6.169.093,29	-
Adiantamentos a fornecedores		118.607,73	4.875.805,43	418.513,21	4.543.821,97
Estoques		-	10.670.111,18	-	6.597.058,91
Impostos a recuperar	6	8.732.347,52	77.324.654,56	175.325,69	77.977.376,51
Contas a receber - ativo financeiro indenizável	7	-	653.584.290,17	-	568.301.610,88
Outros créditos		424.334,98	6.600.787,78	37.375,45	14.370.051,05
		907.150.726,51	1.990.304.185,10	115.927.494,89	1.031.712.997,78
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários		-	28.146.323,64	-	3.990.731,13
Empréstimos - partes relacionadas	13	-	-	1.337.706.416,02	-
Impostos a recuperar	6	10.317.051,88	23.982.724,34	20.713.698,44	42.802.625,13
Contas a receber - ativo financeiro indenizável	7	-	4.229.977.665,75	-	2.495.221.624,78
Outros créditos		-	26.910.707,66	-	2.365.101,41
Investimentos	8	2.835.705.020,61	18.520.576,79	1.942.193.952,28	-
Propriedade para investimento		4.146.405,05	4.146.405,05	-	-
Imobilizado		212.788.944,35	219.939.114,10	209.337.859,20	210.275.360,65
Intangível	9	-	214.934.351,01	-	137.212.233,77
		3.062.957.421,89	4.766.557.868,34	3.509.951.925,94	2.891.867.676,87
		3.970.108.148,40	6.756.862.053,44	3.625.879.420,83	3.923.580.674,65

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2012		2011	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores		-	81.972.631,54	-	11.764.167,98
Empréstimos e financiamentos	10	2.573.013,85	440.416.840,04	65.792.369,42	65.792.369,42
Empréstimos - partes relacionadas	13	613.050,00	703.963,42	562.635,00	562.635,00
Dividendos propostos	14	22.150.766,99	51.150.382,41	14.363.287,67	14.363.287,67
Impostos e contribuições sociais		3.135.002,30	91.045.670,08	1.399.007,12	75.583.751,69
Taxas regulamentares	11	-	25.814.702,31	-	17.345.144,69
Contas a pagar por aquisições	8	67.444.406,95	-	-	-
Outros		286.115,31	11.289.191,79	340.235,92	6.454.001,23
		96.202.355,40	702.393.381,59	82.457.535,13	191.865.357,68
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	13	796.965.000,00	796.965.000,00	1.500.360.000,00	1.500.360.000,00
Empréstimos e financiamentos	10	490.440.000,00	2.277.155.061,04	750.108.000,00	750.108.000,00
Outras provisões - medidas compensatórias	12	-	38.774.616,98	-	12.764.486,15
Provisão para contingências	15	-	68.888.218,04	-	27.747.945,13
Impostos diferidos		-	282.708.345,89	-	147.731.000,00
Outros		-	3.476.636,90	-	50.000,00
		1.287.405.000,00	3.467.967.878,85	2.250.468.000,00	2.438.761.431,27
Patrimônio líquido	14				
Capital social		2.494.172.500,00	2.494.172.500,00	1.225.627.500,00	1.225.627.500,00
Reserva de lucros		92.328.292,99	92.328.292,99	71.410.869,36	71.410.869,36
		2.586.500.793,00	2.586.500.793,00	1.292.953.885,70	1.292.953.885,70
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.970.108.148,40	6.756.862.053,44	3.625.879.420,83	3.923.580.674,65

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em reais)

	Nota	2012		2011	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita operacional líquida	16	430.177,26	567.400.005,93	549.904.205,63	
Custo da operação		-	(72.125.494,94)	-	(65.654.059,66)
Pessoal		-	(22.107.973,75)	-	(13.127.606,45)
Material		-	(1.743.861,91)	-	(1.669.358,56)
Serviços de terceiros		-	(13.140.413,57)	-	(14.160.663,45)
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica		-	(2.944.785,52)	-	(2.826.431,38)
Arrendamentos e aluguéis		-	(194.206,46)	-	(349.488,65)
Repasse		-	(23.276.860,67)	-	(21.730.455,42)
Custo de construção e outras		-	(8.717.393,06)	-	(11.790.055,75)
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas		(19.287.358,70)	(51.272.058,13)	(14.167.902,53)	(43.811.954,24)
Outras					
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		(18.857.181,44)	444.002.452,86	(14.167.902,53)	440.438.191,73
Resultado financeiro		(158.203.550,56)	(257.066.758,75)	(192.884.888,06)	(291.990.737,59)
Receita financeira		347.582.955,70	333.898.245,53	430.592.650,36	332.978.370,75
Receitas de aplicações financeiras		38.616.881,96	53.575.221,64	8.632.493,99	29.543.136,70
Juros sobre empréstimos		83.468.556,73	-	118.945.027,94	-
Outras receitas financeiras		1.103.620,07	5.084.057,66	602.430,61	1.060.994,80
Varição cambial		224.393.896,94	275.238.966,23	302.412.697,82	302.374.239,25
Despesa financeira		(505.786.506,26)	(590.965.004,28)	(623.477.538,42)	(624.969.108,34)
Variações monetárias passivas		(423.325.134,38)	(475.406.998,26)	(520.819.057,74)	(520.819.057,74)
Juros e cargas bancárias		(154.435,97)	(154.844,58)	(106.275,76)	(107.305,27)
Juros sobre empréstimos		(80.660.172,53)	(94.548.490,42)	(61.121.878,18)	(61.121.878,18)
Outras despesas financeiras		(1.646.763,38)	(20.854.671,02)	(41.430.326,74)	(42.920.867,15)
Resultado de equivalência patrimonial	8	233.897.828,51	(299.441,50)	270.612.313,74	-
Lucro antes dos impostos		56.837.096,51	186.636.252,61	63.559.523,15	148.447.454,14
Imposto de renda e contribuição social	18	(24.047.709,88)	(153.846.865,98)	(3.082.522,46)	(87.970.453,45)
Lucro líquido do exercício		32.789.386,63	32.789.386,63	60.477.000,69	60.477.000,69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em reais)

	2012		2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro líquido do exercício	32.789.386,63	32.789.386,63	60.477.000,69	60.477.000,69
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	32.789.386,63	32.789.386,63	60.477.000,69	60.477.000,69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em reais)

	2012		2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	32.789.386,63	32.789.386,63	60.477.000,69	60.477.000,69
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais				
Equivalência patrimonial	(233.897.828,51)	299.441,50	(270.612.313,74)	-
Juros e variações monetárias dos empréstimos	158.402.327,12	260.688.277,27	216.741.606,99	222.910.700,28
Depreciação e amortização	1.034.446,97	1.431.313,95	12.122,76	136.295,92
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	3.496.071,97	-	-
Provisão para contingências	-	41.140.272,91	-	9.829.632,53
Provisão para medidas compensatórias	-	26.010.130,83	-	(1.222.036,88)
Impostos diferidos	-	134.977.345,89	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Concessionárias e permissionárias	-	(31.992.411,65)	-	(7.735.527,09)
Créditos a receber	-	(309.499,52)	-	-
Estoques	-	(4.073.052,27)	-	(1.610.122,66)
Contas a receber - ativo financeiro	-	(1.820.038.720,26)	-	(44.597.235,66)
Tributos e contribuições compensáveis	1.839.624,73	19.472.622,74	(20.478.228,51)	3.673.264,89
Partes relacionadas	1.338.088.984,48	-	27.978.260,38	-
Propriedades para investimento	(4.146.405,05)	(4.146.405,05)	-	-
Adiantamentos a fornecedores	299.905,48	(331.983,46)	(337.851,22)	(3.957.730,17)
Outros créditos	(29.145.402,68)	1.822.533.422,68	109.156.538,47	(10.862.334,19)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	67.444.406,95	70.208.463,56	-	(2.433.452,57)
Tributos e contribuições sociais	1.735.995,18	15.461.918,39	(23.913.617,83)	6.607.793,35
Taxas regulatórias	-	8.469.557,62	-	2.464.354,68
Outros passivos operacionais	48.115.773,71	45.190.250,62	(12.602,88)	566.285,18
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	1.382.561.215,01	621.276.404,35	99.010.915,11	234.246.888,30
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de investimentos	(904.611.647,44)	(18.520.576,79)	-	-
Aquisição de imobilizado (ativo financeiro) - intangível	(4.485.532,12)	(88.817.184)	(208.965.012,96)	(240.537.942,68)
Dividendos recebidos	244.998.407,62	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	(764.308.502,96)	(823.674.539,38)	10.482.303,67	(113.623.078,78)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(1.428.407.274,90)	(931.012.300,17)	(198.482.709,29)	(354.161.021,46



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em reais, exceto quando indicado de outras formas)

1. Informações gerais

A State Grid Brazil Holding S.A. ("Companhia"), com sede à Av. Presidente Vargas, 955, Sala 1.601, Centro, Rio de Janeiro, Brasil, foi constituída em 28 de abril de 2010 e teve capital integralizado em 13 de maio de 2010 em R\$ 1.800.000,00, subsequente aumentado em R\$1.223.827.500,00 em 17 de dezembro de 2010. Em 30 de novembro de 2012, os acionistas da Companhia decidiram pelo aumento de capital no montante de R\$1.268.545.000,00. A Companhia tem como principal objetivo a participação societária em outras sociedades A Companhia é subsidiária do Grupo State Grid, localizado em Pequim, na República Popular da China.

Em 21 de junho de 2010, a Companhia criou duas subsidiárias a SGBH Expansão Participações Ltda. e a SGBH Transmissão Participações Ltda. Juntamente com as subsidiárias, a Companhia adquiriu em 15 de dezembro o controle integral de sete concessionárias transmissoras de energia elétrica no Brasil, as quais pertenciam a Isolux Energia e Participações S.A., a Litran do Brasil Participações S.A. a Elecnor Transmissão de Energia S.A. e a Abengoa Brasil Ltda. As empresas adquiridas são: Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A., Expansion Transmissão Itumbiara Marimondo S.A., Itumbiara Transmissora de Energia S.A., Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A., Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A., Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A., e Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Em 09 de março de 2012 a Companhia em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A. ("Copel") arrematou no leilão 002/2012 os lotes A e B e constituiram duas Sociedades de Propósito Específico denominadas Matrinchá Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. ("Matrinchá ou TP Norte") e Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. ("Guaraciaba ou TP Sul").

Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia adquiriu o controle integral de cinco concessionárias transmissoras de energia elétrica no Brasil, as quais pertenciam a CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda, Litran do Brasil S.A. As empresas adquiridas são: Araraquara Transmissora de Energia S.A., Catxerê Transmissora de Energia S.A., Porto Primavera Transmissora de Energia S.A., Linhas de Transmissão do Itatim S.A. e Iracema Transmissora de Energia S.A.

Em 19 de dezembro de 2012, a Companhia em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A. ("FURNAS"), arrematou no leilão 006/2011 o Lote H, e constituiu a sociedade Luiziania Niquelandia Transmissora S.A. ("Luiziania") para desenvolver o projeto. A Companhia participa com 51% do capital da nova sociedade.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram autorizadas pela Administração em 14 de março de 2013.

As demonstrações financeiras da controladora e consolidada foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, não superior a um ano. Vide Nota 2.17, com os detalhes das estimativas.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir. Determinados itens da demonstração dos fluxos de caixa de 2011 foram reclassificados para melhor comparabilidade.

2.1. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Razão social	% de Participação	
	2012	2011
SGBH Expansão Participações Ltda. ("SGBH Expansão")	100	100
SGBH Transmissão Participações Ltda. ("SGBH Transmissão")	100	100
Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE")	100	100
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE")	100	100
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE")	100	100
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE")	100	100
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE")	100	100
Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara")	100	-
Catxerê Transmissora de Energia S.A. ("Catxere")	100	-
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTE")	100	-
Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim")	100	-
Iracema de Transmissora de Energia S.A. ("Iracema")	100	-

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

2.2. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.4. Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

2.4.1. Receita de concessão

a) Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

b) Receita de construção

A ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

2.4.1. Receita de concessão

b) Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

c) Receita financeira de concessão

A receita financeira de concessão corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da receita anual permitida (RAP).

2.4.2. Receita de Juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.5. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, contas a receber - ativo financeiro indenizável. São classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como mantidos para negociação. Tais instrumentos são mensurados pelo seu valor justo a cada data de balanço, tendo como contrapartida o resultado de exercício. O valor de mercado dos instrumentos financeiros é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem teve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

d) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando

tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, enquanto aquelas com vencimento superior a três meses (ou sem vencimento definido) são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

2.7. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização dos critérios referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência, bem como de outros créditos assemelhados. Inclui a contabilização, entre outros, dos créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber foi efetuado conforme determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso.

2.8. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

2.9. Ativo financeiro

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado). É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo financeiro excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição. Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente.

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infra-estrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados trimestralmente, a cada data base de reajuste anual pelo IGPM, e na revisão tarifária, que ocorre anualmente.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.10. Investimentos em controladas

O investimento da Companhia em suas controladas é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível.

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.11. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, servidões, e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.12. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecidas e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

2.14. Tributação

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) às alíquotas de 7,6% e 1,65%;
- Reserva Geral de Reversão (RGR) ao valor mensal fixado pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixada pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000,00 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo; e
- Sobre ajustes efetuados por diferenças entre a prática contábil anterior e os novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

2.15. Taxas regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas transmissoras de energia elétrica com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pelas companhias em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3% de sua receita bruta anual.

A Companhia vem reconhecendo mensalmente a provisão para a RGR tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da taxa de fiscalização descrita anteriormente.

b) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.



c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)
 Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos
 A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração da Companhia faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extração.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da Administração da Companhia é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido à presença inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

2.18. Compromissos com o meio ambiente

Medidas compensatórias - O valor da compensação ambiental da State Grid Brazil Holding S.A. ainda não foi oficialmente definido pelos Órgãos Ambientais pertinentes, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09. A Administração da Companhia, baseada no entendimento de seus assessores jurídicos, interpreta que o valor da compensação será estipulado em torno de 0,5% do valor do empreendimento, valor compatível com o provisionado.

A Administração da Companhia adotou como prática contábil o reconhecimento dessa provisão ao término da construção da linha de transmissão, sendo o débito registrado como custo de imobilizado e incluído no processo de unitização dos bens.

2.19. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.20. Informações por segmento

A Companhia não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento.

3. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

► IAS 28 *Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011)*

Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método de equivalência patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

► IAS 32 *Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IAS 32*

Estas revisões explicam o significado de "atualmente tem o direito legal de compensação". As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

► IFRS 7 - *Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros*

Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013. Essa alteração não deverá impactar a Companhia.

► IFRS 9 (CPC 38) - *Instrumentos Financeiros*

Aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é nos casos em que a opção de mensuração pelo valor justo for adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade será registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado do exercício, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma originalmente aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013 foi alterada para 1º de janeiro de 2015. A Administração da Companhia avalia que o impacto total dessas alterações em suas demonstrações financeiras, se houver, não será significativo.

► IFRS 10 (CPC 36 R3) - *Demonstrações Financeiras Consolidadas*

Apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas. A norma expande o conceito de controle e fornece orientações adicionais na sua determinação. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Não existe em 31 de dezembro de 2012 acordos que ensejem que a Companhia tenha controle sobre outras entidades além das consolidadas. Dessa forma, a Administração entende que não haverá impacto decorrente desse pronunciamento nas demonstrações financeiras.

► IFRS 11 (CPC 19 R2) - *Acordos em Conjunto*

A norma define os acordos em conjunto com base nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui di-

reitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos e, como consequência, contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) empreendimentos controlados em conjunto ("joint venture") - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido nos empreendimentos controlados em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

► IFRS 12 (CPC 45) - *Divulgação sobre Participações em Outras Entidades*

Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo controladas, coligadas, acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Administração da Companhia entende que não haverá impactos relevantes nas divulgações decorrente desse pronunciamento.

► IFRS 13 (CPC 46) - *Mensuração de Valor Justo*

O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação. As exigências não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso é requerido ou permitido por outros pronunciamentos. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Administração da Companhia entende que não haverá impacto significativo decorrente desse pronunciamento nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	2012		2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa	14.961,65	249.995,68	40.217,36	199.518,11
Bancos	1.049.774,27	66.642.245,50	11.129.740,47	17.692.051,62
	1.064.735,92	66.892.241,18	11.169.957,83	17.891.569,73

	2012		2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Aplicações financeiras de liquidez imediata	781.566.996,63	1.077.772.464,49	17.258.493,67	278.253.517,62
	782.631.732,55	1.144.664.705,67	28.428.451,50	296.145.087,35

A Companhia e suas controladas estruturaram as suas aplicações financeiras por meio da participação em fundos de investimento multipatrocinados e podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão em um montante conhecido de caixa e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI. Essas aplicações não possuem vencimento definido e estão classificadas como títulos e valores mobiliários.

5. Concessionárias e permissionárias

	Consolidado	
	2012	2011
A vencer	91.224.983,74	62.071.963,00
Vencidas até 30 dias	95.639,82	197.152,73
Vencidas até 60 dias	73.541,25	114.002,24
Vencidas até 90 dias	69.973,90	96.408,42
Vencidas há mais de 90 dias	5.672.590,63	2.664.791,30
	97.136.729,34	65.144.317,69
	(4.862.398,55)	(1.366.326,58)
	92.274.330,79	63.777.991,11

Provisão para devedores duvidosos (PDD)

	2012		2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Circulante	-	-	-	-
PIS a compensar - ativo imobilizado	-	10.671.660,90	-	12.512.567,52
COFINS a compensar - ativo imobilizado	-	45.240.467,46	-	51.510.275,70
Saldo negativo IRPJ	8.732.347,52	8.724.434,70	-	-
IR aplicações financeiras	-	3.598.983,01	-	-
Outros	7.912,82	9.089.108,49	175.325,69	13.954.533,29
	8.732.347,52	77.324.654,56	175.325,69	77.977.376,51

As controladas da Companhia monitoram suas contas a receber em atraso, sendo o saldo da provisão para devedores duvidosos em 31 de dezembro de 2012 registrados com base na análise do índice de inadimplência por concessionárias e permissionárias e por valores em aberto há mais de 90 dias. Tal critério foi adotado a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

6. Impostos a recuperar

	2012		2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
PIS a compensar - ativo imobilizado	-	10.671.660,90	-	12.512.567,52
COFINS a compensar - ativo imobilizado	-	45.240.467,46	-	51.510.275,70
Saldo negativo IRPJ	8.732.347,52	8.724.434,70	-	-
IR aplicações financeiras	-	3.598.983,01	-	-
Outros	7.912,82	9.089.108,49	175.325,69	13.954.533,29
	8.732.347,52	77.324.654,56	175.325,69	77.977.376,51

	2012		2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Não circulante	-	-	-	-
PIS a compensar - ativo imobilizado	-	1.308.146,87	-	2.846.245,08
COFINS a compensar - ativo imobilizado	-	12.357.525,59	-	19.242.681,61
Saldo negativo IRPJ	10.317.051,88	10.317.051,88	20.713.698,44	20.713.698,44
	10.317.051,88	23.982.724,34	20.713.698,44	42.802.625,13

Os créditos de PIS e COFINS são oriundos das aquisições de bens do ativo permanente, durante o período de construção das linhas de transmissão de suas controladas, conforme facultam as Leis nº 10.833/03 e nº 10.865/04. Tais créditos ficam disponíveis para serem compensados com o pagamento de PIS e COFINS sobre o faturamento mensal na razão de 1/48.

7. Contas a receber - ativo financeiro indenizável (Consolidado)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e as controladas (Operadoras) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica das controladas, a Administração das controladas entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;
- (b) Parcela refere-se à recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP) pela construção e melhorias da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto.
- (c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.
- (d) Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível das controladas é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

O montante total de R\$ 4.883.561.955,92 (sendo R\$ 653.584.290,17 no ativo circulante e R\$ 4.229.977.665,75 no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2012). Para o exercício 2011, o montante total foi de R\$ 3.063.523.235,66 (sendo R\$ 568.301.610,88 no ativo circulante e R\$ 2.495.221.624,78 no ativo não circulante).

8. Investimentos

Conforme mencionado na nota explicativa 1, em 15 de dezembro de 2010 a Companhia adquiriu o controle patrimonial das companhias Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE"), Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE"), Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE"), Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE") e Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE"), por um valor de aproximadamente R\$ 989.438.000,00. Considerando que em 31 de dezembro de 2010 as referidas controladas implantaram o ICPC 01 (R1) como base de registro de seus ativos, a data de aquisição foi considerada como 31 de dezembro de 2010 e os ativos e passivos das controladas, após a implantação do ICPC 01 (R1) foram considerados como avaliados a valor de mercado, conforme determina o CPC 15 (IFRS 3R) em processos de combinação de negócios ("Business Combinations"). Desta forma a diferença entre o preço pago pela aquisição da investida e o patrimônio líquido da investida avaliado a valor justo em 31 de dezembro, foi inteiramente alocado como investimento para fins das demonstrações financeiras da controladora. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o valor do ágio foi reclassificado para o ativo intangível. Considerando que a data de aquisição das controladas foi determinado como 31 de dezembro de 2010, não foi apurado resultado de equivalência patrimonial para tais empresas durante o exercício de 2010.

Em 13 de maio de 2011, a Companhia pagou um montante adicional aos antigos acionistas pela compra de suas controladas no valor aproximado de R\$ 32.999.000,00. Tal montante refere-se a um ajuste ao preço de compra fixado em 2010.

Conforme mencionado na nota 1, em 14 de dezembro de 2012 a Companhia adquiriu o controle patrimonial das companhias Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara"), Catxere Transmissora de Energia S.A. ("Catxere"), Porto Primavera Transmissora de Energia ("PPTE"), Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim") e Itacema Transmissora de Energia S.A. ("Itacema"), pelo valor de R\$ 885.791.630,00. A data de aquisição foi considerada como 14 de dezembro de 2012 e os ativos e passivos das controladas foram considerados como avaliados a valor de mercado, conforme determina o CPC 15 (R1) (IFRS 3R) em processos de combinação de negócios ("Business Combinations"). Considerando que a data de aquisição das controladas foi determinado como 14 de dezembro de 2012, não foi apurado resultado de equivalência patrimonial para tais empresas durante o exercício de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012 havia R\$ 67.444.406,95 a pagar aos antigos acionistas das companhias adquiridas.

a) Informações sobre as investidas

	Informações financeiras resumidas das investidas em 31 de dezembro de 2012					
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício	Saldo
SGBH Expansão	697.536.752,60	34.755.321,84	662.781.430,76	(150.284,82)	72.768.049,96	662.781.429,76
SGBH Transmissão	282.132.497,93	14.066.449,78	268.066.048,15	(156.152,03)	29.413.375,48	268.066.048,15
ITE	991.096.639,15	497.594.683,67	493.501.955,48	156.721.180,61	66.750.980,60	489.513.064,10
RPTE	312.741.448,85	133.868.388,39	312.741.448,85	24.885.466,49	5.004.951,75	68.385.124,736
PCTE	402.395.344,19	180.735.377,74	221.659.966,45	30.687.666,65	7.056.063,79	58.391.847,64
SMTE	787.578.557,50	455.804.260,12	331.774.297,38	132.037.148,19	45.712.828,39	90.392.918,86
SPTE	300.233.323,88	119.098.476,73	181.134.847,15	27.146.916,78	7.491.020,04	293.862.381,43
PPTE	457.065.320,40	197.317.796,03	259.747.524,37	-	-	332.191.530,00
Itatim	531.062.493,38	413.937.203,38	117.125.290,00	-	-	117.125.290,00
Itacema	196.742.061,09	128.737.861,09	68.004.200,00	-	-	68.004.200,00
Catxere	482.071.194,63	235.120.614,63	246.950.580,00	-	-	246.950.580,00
Araraquara	246.411.838,69	124.891.808,69	121.520.030,00	-	-	151.520.030,00
Luziânia (a)	-	-	-	-	-	732.410,85
Matrinchã (a)	-	-	-	-	-	10.541.105,11
Guaraciaba (a)	-	-	-	-	-	7.2



b) Movimentação dos investimentos
A movimentação dos investimentos foi a seguinte:

	Movimentação				
	Saldo em 31 de dezembro de 2011	Equivalência patrimonial	Aquisição de investimento	Dividendos recebidos e atribuídos	Saldo em 31 de dezembro de 2012
SGBH Expansão	664.578.203,53	72.768.049,96	-	(74.564.823,73)	662.781.429,76
SGBH Transmissão	269.624.025,02	29.413.375,48	-	(30.971.352,35)	268.066.048,15
ITE	489.593.885,83	66.750.980,60	-	(66.831.802,33)	489.513.064,10
RPTE	71.406.893,96	5.004.951,75	-	(8.026.720,98)	68.385.124,73
PCTE	59.747.789,77	7.056.063,79	-	(8.412.005,92)	58.391.847,64
SMTE	93.787.876,15	45.712.828,39	-	(49.107.785,68)	90.392.918,86
SPTE	293.455.278,02	7.491.020,04	-	(7.083.916,63)	293.862.381,43
PSTE	-	-	332.191.530,00	-	332.191.530,00
Itatim	-	-	117.125.290,00	-	117.125.290,00
Iracema	-	-	68.004.200,00	-	68.004.200,00
Catxere	-	-	246.950.580,00	-	246.950.580,00
Araraquara	-	-	121.520.030,00	-	121.520.030,00
Luziânia	-	(236.589,15)	969.000,00	-	732.410,85
Matrinchá	-	85.595,11	10.455.510,00	-	10.541.105,11
Guaraciaba	-	(148.450,02)	7.395.510,00	-	7.247.059,98
	1.942.193.952,28	233.897.825,95	904.611.650,00	(244.998.407,62)	2.835.705.020,61

	Movimentação				
	Investimentos em 31 de dezembro de 2010	Equivalência patrimonial	Ágio adicional pago	Dividendos Recebidos e atribuídos	Investimentos em 31 de dezembro de 2011
SGBH Expansão	620.972.093,29	70.606.110,24	-	(27.000.000,00)	664.578.203,53
SGBH Transmissão	250.978.933,26	32.145.091,76	-	(13.500.000,00)	269.624.025,02
ITE	486.526.000,00	73.952.211,29	1.969.000,00	(72.853.325,46)	489.593.885,83
RPTE	69.074.000,00	11.946.723,06	3.487.000,00	(13.100.829,10)	71.406.893,96
PCTE	54.173.000,00	12.404.118,15	413.000,00	(7.242.328,38)	59.747.789,77
SMTE	80.258.000,00	57.755.463,43	5.030.000,00	(49.255.587,28)	93.787.876,15
SPTE	299.407.000,01	11.802.595,81	(11.280.000,00)	(6.474.317,80)	293.455.278,02
SPTE	1.861.389.026,56	270.612.313,74	(381.000,00)	(189.426.388,12)	1.942.193.952,28

9. Intangível - consolidado

Os saldos em 31 de dezembro são compostos como se segue:

	2012	2011
Ágio de aquisição	176.119.484,20	98.443.872,27
Servidões e softwares	38.814.866,81	38.768.361,50
Total	214.934.351,01	137.212.233,77

9.1. Ágios identificados nas combinações de negócios

A composição dos ágios e deságios em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e a movimentação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, conforme segue:

	2011		Adições	Baixas	2012	
	2011	2011			2012	2012
ETEE	387.934.000,00	-	-	-	387.934.000,00	-
ETIM	118.669.000,00	-	-	-	118.669.000,00	-
ITE	(3.991.100,01)	-	-	-	(3.991.100,01)	-
RPTE	(110.540.369,98)	-	-	-	(110.540.369,98)	-
PCTE	(164.931.079,01)	-	5.231.606,30	-	(159.699.472,71)	-
SMTE	(22.264.219,23)	-	-	-	(22.264.219,23)	-
SPTE	(106.432.359,50)	-	-	-	(106.432.359,50)	-
PPTE	-	-	72.444.005,63	-	72.444.005,63	-
	98.443.872,27	77.675.611,93	-	-	176.119.484,20	-

	2010		Adições	Baixas	2011	
	2010	2010			2011	2011
ETEE	366.809.594,95	21.152.000,00	(27.594,95)	-	387.934.000,00	-
ETIM	106.457.565,00	12.228.000,00	(16.565,00)	-	118.669.000,00	-
ITE	(5.901.247,79)	1.969.000,00	(58.852,22)	-	(3.991.100,01)	-
RPTE	(113.955.436,15)	3.487.000,00	(71.933,83)	-	(110.540.369,98)	-
PCTE	(163.658.092,99)	413.000,00	(1.685.986,02)	-	(164.931.079,01)	-
SMTE	(27.275.000,00)	5.030.000,00	(19.219,23)	-	(22.264.219,23)	-
SPTE	(94.497.574,43)	(11.280.000,00)	(654.785,07)	-	(106.432.359,50)	-
PPTE	67.979.808,59	32.999.000,00	(2.534.936,32)	-	98.443.872,27	-

O ágio não é amortizado contabilmente, mas sujeito a avaliação anual para fins de *impairment*. A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes. Não foram identificados indícios de *impairment* relacionados a tal ágio em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

O grupo de "Outros" é composto basicamente por softwares e servidões.

10. Empréstimos e financiamentos

Os saldos em 31 de dezembro são compostos como se segue:

	2012		2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Debentures	-	119.686.760,01	303.266.579,79	303.266.579,79
China Development Bank	-	1.333.607.580,27	-	-
Banco Nacional de Desenv. Economico e Social - BNDES	-	673.063.153,29	-	-
Notas promissórias	-	-	62.210.360,19	62.210.360,19
Export-Import Bank of China	493.013.013,85	490.681.150,60	450.423.429,44	450.423.429,44
Bancos Nacionais	-	100.533.256,91	-	-
Total de empréstimos e financiamentos	493.013.013,85	2.717.571.901,08	815.900.369,42	815.900.369,42
Passivo circulante	2.573.013,85	326.480.646,69	65.792.369,42	65.792.369,42
Passivo não circulante	490.440.000,00	2.391.091.254,39	750.108.000,00	750.108.000,00

Em 19 de novembro de 2010, os acionistas da Controlada (Iracema Transmissora de Energia S.A.) aprovaram, em assembleia geral extraordinária, a emissão de 109 debentures não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$1.000.000,00 cada, através de emissão pública com esforços restritos. As debentures possuem vencimento em 300 meses contados da data da primeira subscrição. As debentures farão jus a juros, pagáveis nas mesmas datas de pagamento da amortização, correspondentes à variação acumulada da TR - Taxa Referencial, divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescidas de spread de 9% a.a. Os custos com a emissão das debentures, que compreendem gastos com assessoria financeira e jurídica, totalizam R\$1.102.000,00.

Durante os 12 primeiros meses contados da data de emissão, não houve amortização do saldo devedor do principal e pagamento de juros. O pagamento do principal e dos juros será efetuado, mensalmente, a partir do 13º mês contado da data de emissão.

As debentures são garantidas por:

- ▶ Contrato de alienação fiduciária da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia pelos seus atuais acionistas;
- ▶ Contrato de cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos dos contratos de construção, de prestação de serviços de transmissão, de operação e manutenção e de conexão;
- ▶ Contrato de cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão; e
- ▶ Carta de fiança bancária contratada com o Banco Bradesco S.A.

Adicionalmente, de acordo com as cláusulas contratuais, a Controlada deve atender o seguinte índice financeiro:

- ▶ Índice de cobertura do serviço da dívida - Fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de pagamentos de juros e amortizações de principal no período (superior ou igual a 1,20 vezes).

13. Empréstimos - partes relacionadas

	Natureza da operação	2012					
		Controladora		Consolidado		Consolidado	
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Empresas							
State Grid Intl Development Ltd.	Empréstimo	-	797.578.050,00	52.324.353,38	-	797.668.963,42	52.324.353,38
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.	Empréstimo	-	-	11.193.786,86	-	-	-
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.	Empréstimo	-	-	4.890.017,83	-	-	-
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	Empréstimo	-	-	25.484.493,33	-	-	-
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.	Empréstimo	-	-	20.034.151,76	-	-	-
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.	Empréstimo	-	-	6.292.244,36	-	-	-
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.	Empréstimo	-	-	6.424.693,91	-	-	-
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.	Empréstimo	-	-	9.149.168,68	-	-	-
			797.578.050,00	135.792.910,11		797.668.963,42	52.324.353,38
Circulante		-	613.050,00	-	-	703.963,42	-
Não circulante		-	796.965.000,00	-	-	796.965.000,00	-

	Natureza da operação	2011					
		Controladora		Consolidado		Consolidado	
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Empresas							
State Grid Intl Development Ltd.	Empréstimo	-	1.500.922.635,00	(33.606.410,89)	-	1.500.922.635,00	(33.606.410,89)
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.	Empréstimo	162.941.816,71	-	16.474.726,61	-	-	-
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.	Empréstimo	71.181.307,99	-	7.197.002,03	-	-	-
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	Empréstimo	370.106.341,88	-	34.629.868,05	-	-	-
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.	Empréstimo	361.416.097,65	-	29.249.861,57	-	-	-
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.	Empréstimo	103.837.925,15	-	9.186.676,79	-	-	-
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.	Empréstimo	109.341.016,97	-	8.849.106,69	-	-	-
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.	Empréstimo	165.051.002,96	-	13.357.786,27	-	-	-
		1.343.875.509,31	1.500.922.635,00	85.338.617,16	-	1.500.922.635,00	(33.606.410,89)
Circulante		6.169.093,29	562.635,00	-	-	562.635,00	-
Não circulante		1.337.706.416,02	1.500.360.000,00	-	-	1.500.360.000,00	-

A Companhia formalizou em 26 de novembro de 2010, contrato de empréstimo com a companhia State Grid Intl Development Ltd. (pertencente ao Grupo State Grid) no valor máximo de US\$ 800.000.000,00. Sobre o principal da dívida incide a taxa de juros Libor mais 2% ao ano. Os juros devem ser amortizados trimestralmente com início em 31 de março de 2011 e o saldo remanescente a pagar deve ser amortizado em 31 de janeiro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de R\$ 1.500.360.000,00 referente ao principal do referido empréstimo estava totalmente contabilizado no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2011, foi aprovado um aditivo para os contratos de empréstimo entre a controladora e suas controladas, onde foi determinado que a data de vencimento do principal seria postergada para 01 de janeiro de 2013.

Os contratos de empréstimos com partes relacionadas não possuem garantias e cláusulas restritivas.

Em 2012 parte da dívida contratada com a State Grid International Development Limited, com vencimento em 30 de novembro de 2012 foi convertido em aumento de capital no valor de R\$ 860.180.000,00 e o saldo remanescente no montante de R\$ 818.220.000,00 foi prorrogado por dois anos, com vencimento em 30 de novembro de 2014, e os juros equivalentes a Libor semestral mais 2% ao ano devem ser liquidados trimestralmente a partir de 31 de março de 2013.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado da Sociedade era de R\$1.223.827.500,00, dividido em 1.225.627.500 de ações ordinárias nominativas com valor de R\$ 1,00 cada.

Em 28 de maio de 2012, os acionistas controladores efetuaram um aumento de capital no montante de R\$408.365.000,00. Em 30 de novembro de 2012, ocorreu o aumento de capital devido à capitalização de um empréstimo com a State Grid International Development Limited no valor de R\$860.180.000,00 Desta forma, em 31 de dezembro de 2012 o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$2.494.172.500,00, dividido em 2.494.172.500 de ações ordinárias nominativas com valor de R\$ 1,00 cada.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Em 31 de dezembro de 2012 o referido índice foi de 0,98, sendo assim necessário um aporte de capital aproximado de R\$ 2.600.000,00 que deverá ser constituído pelo acionista. Em resultado do não atendimento de cláusula restritiva a dívida poderá ser considerada vencida pelo agente fiduciário. A administração da controlada possui a habilidade e a intenção de efetuar os ajustes devidos para sanar o referido descumprimento de cláusula restritiva. Em 31 de dezembro de 2012 os saldos estavam classificados no passivo circulante e até a presente data a Controlada não recebeu nenhum comunicado de vencimento antecipado desta dívida.

Em novembro de 2012 a Companhia iniciou 7 novos contratos de empréstimo junto ao China Development Bank no montante de USD 621.080.000,00. Esses empréstimos possuem um custo de Libor com pagamentos de principal e juros semestrais. Não existem cláusulas de *covenants* relacionadas e esses empréstimos. Estes empréstimos tem como garantidor a State Grid International Development Limited.

O empréstimo junto ao Export-Import Bank of China captado durante 2010, no montante de US\$240.000.000,00 (com contrato no valor de US\$270.000.000,00), é atualizado com base na taxa de juros de seis meses da Libor, mais 2% ao ano. Os juros devem ser amortizados trimestralmente, começando em março de 2011 e o valor total do empréstimo deve ser pago em 60 meses.

Em agosto de 2011, a Companhia distribuiu notas promissórias comerciais através do HSBC CTVM para reforço do seu capital de giro no montante de R\$ 50.000.000,00. O prazo de vencimento das notas promissórias é de 180 dias a contar da data de emissão das mesmas. As notas promissórias serão remuneradas a uma taxa média diária de depósitos interfinanceiros (DI) divulgada pela CETIP, capitalizada de um spread máximo de 0,75% ao ano. Os referidos contratos não possuem garantias e cláusulas restritivas.

Em 2012, a Companhia quitou os saldos a pagar referentes às notas promissórias permanecendo os empréstimos com o Export-Import Bank of China.

Três das companhias adquiridas (Araraquara Transmissora de Energia S.A., Catxerê Transmissora de Energia S.A. e Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.) firmaram contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, através do qual foi concedido um empréstimo, no destinado ao adiantamento a fornecedores de máquinas e equipamentos e à compra de materiais para a construção de suas linhas de transmissão.

A garantia dada ao BNDES refere-se principalmente aos direitos creditórios das linhas de transmissão.

11. Taxas regulamentares

Os saldos em 31 de dezembro estão demonstrados a seguir:

	2012		2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Correntes				
Quota de Reserva Global de Reversão (RGR)	-	8.956.945,73	-	6.392.603,68
Taxa de fiscalização - ANEEL (TFSEE)	-	3.240.058,44	-	2.522.855,27
P&D	-	13.488.898,14	-	8.300.885,74
Outros	-	128.800,00	-	128.800,00
	-	25.814.702,31	-	17.345.144,69

(a) As controladas da Companhia reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), com o objetivo de serem aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL nºs 300/2008 e 316/2008.



A Companhia registra provisão para contingências para processos considerados como expectativa de perda provável, conforme abaixo:

	2012		2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Não circulante				
Tributária	-	25.928.355,22	-	15.882.309,98
Cível	-	6.097.790,04	-	2.130.373,15
Servidões	-	14.452.056,97	-	6.548.102,98
Processo arbitral	-	-	-	2.958.472,39
Ambiental	-	22.220.000,03	-	-
Trabalhista	-	190.017,04	-	228.686,63
		<u>68.888.219,30</u>		<u>27.747.945,13</u>

16. Receita operacional bruta

Conforme requerido pelo CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia e suas controladas apresentaram a demonstração do resultado iniciando pela receita líquida. Até o exercício findo em 31 de

dezembro de 2009, a demonstração do resultado era apresentada iniciando-se pela receita operacional bruta. Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012		2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita operacional bruta	430.177,26	631.326.628,35	-	611.500.235,56
Receita de operação e manutenção	-	105.166.421,09	-	94.036.691,04
Receita financeira de construção e outras	-	526.160.207,26	-	517.463.544,52
Receita de Aluguel	430.177,26	-	-	-
Deduções da receita operacional	-	(63.926.622,42)	-	(51.656.462,85)
PIS	-	(7.833.968,76)	-	(7.558.913,98)
COFINS	-	(36.095.890,29)	-	(34.828.392,16)
Quota para RGR	-	(14.904.112,58)	-	(14.306.089,44)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	(5.092.650,79)	-	(4.902.634,35)
Receita operacional líquida	<u>430.177,26</u>	<u>567.400.005,93</u>		<u>549.904.205,63</u>

17. Instrumentos financeiros

17.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

	2012			2011		
	Receíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Receíveis	A valor justo por meio do resultado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	-	782.631.732,55	782.631.732,55	-	1.144.664.705,67	1.144.664.705,67
Concessionárias e permissionárias	-	-	-	92.274.330,79	-	92.274.330,79
Dividendos a receber	115.243.703,73	-	115.243.703,73	-	-	-
Contas a receber - ativo financeiro indenizável	-	-	-	5.320.738.942,85	-	5.320.738.942,85
	<u>115.243.703,73</u>	<u>782.631.732,55</u>	<u>897.875.436,28</u>	<u>5.413.013.273,64</u>	<u>1.144.664.705,67</u>	<u>6.557.677.979,31</u>
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	-	28.428.451,50	28.428.451,50	-	296.145.087,35	296.145.087,35
Concessionárias e permissionárias	-	-	-	63.777.991,11	-	63.777.991,11
Dividendos a receber	80.316.167,29	-	80.316.167,29	-	-	-
Contas a receber - ativo financeiro indenizável	-	-	-	3.063.523.235,66	-	3.063.523.235,66
	<u>80.316.167,29</u>	<u>28.428.451,50</u>	<u>108.744.618,79</u>	<u>3.127.301.226,77</u>	<u>296.145.087,35</u>	<u>3.423.446.314,12</u>

Em 2012 e 2011, a Companhia e suas controladas não registraram investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2012		2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Passivos financeiros				
Fornecedores	67.444.406,95	81.962.131,54	-	11.764.167,98
Empréstimos e financiamentos	490.440.000,00	2.714.998.887,23	815.900.369,42	815.900.369,42
Empréstimos - partes relacionadas	797.578.050,00	797.668.963,42	1.500.922.635,00	1.500.922.635,00
Impostos e obrigações fiscais	3.135.002,30	374.142.756,50	1.399.007,12	75.583.751,69
	<u>1.358.597.459,25</u>	<u>3.968.772.738,69</u>	<u>2.318.222.011,54</u>	<u>2.404.170.924,09</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores	-	11.764.167,98	-	11.764.167,98
Empréstimos e financiamentos	815.900.369,42	815.900.369,42	815.900.369,42	815.900.369,42
Empréstimos - partes relacionadas	1.500.922.635,00	1.500.922.635,00	1.500.922.635,00	1.500.922.635,00
Impostos e obrigações fiscais	1.399.007,12	75.583.751,69	1.399.007,12	75.583.751,69
	<u>2.318.222.011,54</u>	<u>2.404.170.924,09</u>	<u>2.318.222.011,54</u>	<u>2.404.170.924,09</u>

Os empréstimos e financiamentos não têm negociação ativa e as taxas de juros são pós-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado, dessa forma, os saldos contábeis informados encontram-se próximos aos respectivos valores justos.

A Companhia e suas controladas não possuem contratos de derivativos financeiros vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

17.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações de mútuo com seu controlador e empréstimos e financiamentos.

d) Risco de crédito

Os riscos de crédito são minimizados em virtude dos recebíveis da Companhia serem essencialmente junto à ONS - Operador Nacional do Sistema, apresentando baixo nível de atrasos nos recebimentos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e arrendamento mercantil operacional. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

17.3. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes e financiamentos e empréstimos apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

18. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia durante o exercício de 2012, apurou o imposto de renda e contribuição social com base no lucro real trimestral, conforme abaixo:

	2012	
	Controladora	Consolidado
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	56.837.096,51	186.636.253,62
Ajustes por conta de alteração de prática contábil - Adesão ao RTT	0,00	(118.927.280,00)
Expurgo do prejuízo contábil do 4º trimestre	47.834.677,02	243.946.397,59
Lucro do 1º ao 3º trimestre antes do IRPJ e CSLL sem impacto do RTT	104.671.773,53	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	35.588.403,00	107.624.507,39
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva	-	-
Adições não dedutíveis	133.873.312,17	-
Exclusões não dedutíveis	(145.414.005,29)	6.076.890,14
Compensação de prejuízos	0,00	-
Imposto de renda e contribuição social	24.047.709,88	113.701.397,53
Imposto Diferido	0,00	40.145.468,46
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	24.047.709,88	153.846.865,99

A Companhia durante o exercício de 2011, apurou o imposto de renda e contribuição social com base no lucro real trimestral, conforme abaixo:

	2011	
	Controladora	Consolidado
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	63.559.523,15	148.447.454,14
Ajustes por conta de alteração de prática contábil - Adesão ao RTT	-	(108.178.184,08)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social sem impacto do RTT	63.559.523,15	40.269.270,06
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	21.610.237,87	13.700.698,20
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva	-	-
Adições não dedutíveis	177.907.348,51	279.585.292,85
Exclusões não dedutíveis	(195.542.649,14)	(204.413.976,45)
Compensação de prejuízos	(1.346.795,34)	(1.346.795,34)
Expurgo do prejuízo fiscal do 4º trimestre	454.380,57	454.380,57
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	3.082.522,46	87.970.453,45

19. Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. A Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia apresenta a seguinte estrutura de capital em 31 de dezembro:

Descrição	2012		2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Empréstimos e empréstimos com partes relacionadas (Notas 10 e 13)	1.290.591.063,85	3.512.667.850,65	2.316.823.004,42	2.316.823.004,42
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(782.631.732,55)	(1.144.664.705,67)	(28.428.451,50)	(296.145.087,35)
Dívida líquida	507.959.331,30	2.368.003.144,98	2.288.394.552,92	2.020.677.917,07
Patrimônio Líquido	2.586.500.793,00	2.586.500.793,00	1.292.953.885,70	1.292.953.885,70
Patrimônio líquido e dívida líquida	3.094.460.124,30	4.954.503.937,98	3.581.348.438,62	3.313.631.802,77

20. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.

HONGXIAN CAI
Diretor Presidente

SHIRONG LU
Vice-Presidente

MARCIA CRISTINA MARINHO PEREIRA GONÇALVES
Contador - CRC/RJ 087201/01

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da
State Grid Brazil Holding S.A.
Rio de Janeiro - Brasil

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da State Grid Brazil Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação

da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da State Grid Brazil Holding S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da State Grid Brazil Holding S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da State Grid Brazil Holding S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2013

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Gláucio Dutra da Silva

Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4